

AGRICULTURA FAMILIAR: reflexões teóricas, características e reprodução social das comunidades rurais do município de Catalão (GO)

FAMILY FARMING: theoretical reflections, characteristics and social reproduction of rural communities in the municipality of Catalão (GO)

Diana Felipe Mendes¹

Estevane de Paula Pontes Mendes²

RESUMO

Este artigo propõe-se a revisitar os principais conceitos relativos à agricultura familiar, utilizando como exemplo a formação das comunidades rurais que compõem a zona rural do município de Catalão (GO). Objetiva-se trazer à tona as relações entre terra, trabalho e família, que caracterizam as unidades produtivas familiares e estabelecem a ocupação do território. Também busca-se compreender o aspecto complexo e específico da agricultura familiar, com realidades regionais distintas, ocasionadas pelo dinamismo do sistema agrário brasileiro e que geram, como produto, estratégias de reprodução social diferenciadas para a sobrevivência desse segmento socioeconômico. Para isso, utiliza-se de metodologia qualitativa, focada na revisão literária de autores com diferentes abordagens conceituais e de pesquisadores que realizaram estudo empíricos na área, além de breves análises documentais.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; comunidades rurais; Catalão (GO)

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFCAT); Bolsista da CAPES; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: dianafm12@hotmail.com.

² Professora do Instituto de Geografia da UFCAT; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: estevaneufg@gmail.com

ABSTRACT

This article proposes to revisit the main concepts related to family farming, using as example of rural communities formation compose the Catalão (GO) municipality rural area. The aim is to bring out the relationships between land, work and family, which characterize family production units and establish the territory occupation. It also intends to understand the complex and specific family farming aspect, with different regional realities, caused by Brazilian agrarian system dynamism which generate as a product, different social reproduction strategies for the survival of this socioeconomic segment. For this, a qualitative methodology is used, focused on the literary review of authors with different conceptual approaches and researchers who carried out empirical studies in the area, in addition to brief documental analyses.

KEYWORDS: family farming; rural communities; Catalão (GO)

INTRODUÇÃO

A formação do território brasileiro está diretamente vinculada ao processo de desenvolvimento das atividades rurais. A partir da agricultura e pecuária ocorreu a ocupação do território, refletindo nos aspectos sociais, culturais e econômicos, que caracterizam a sociedade brasileira e determinam a organização do espaço. Por outro lado, a evolução do capitalismo provocou profundas transformações no espaço agrário brasileiro, em um processo de modernização da agricultura que afetou diretamente a sobrevivência das comunidades rurais.

Nesse sentido, é válido dedicar esforços à compreensão do conceito de agricultura familiar, a fim de assimilar sua relevância econômica para o atendimento das demandas de produção, além de valorizar os elementos socioculturais que compõem esse importante nicho da sociedade brasileira. Para isso, a primeira parte desse trabalho realizará uma breve discussão sobre a construção do conceito de agricultura familiar, baseado no tripé terra, trabalho e família, e suas particularidades, a partir da revisão literária de autores com interpretações distintas. Em abordagem nos próximos parágrafos, é possível notar que as discussões teóricas sobre a agricultura familiar, especialmente no Brasil, são recentes e não estão fechadas, havendo um dinamismo nos debates, de acordo com a evolução socioeconômica, que altera as relações com os territórios.

Já na segunda parte, esse artigo propõe-se a demonstrar, sucintamente, a organização e características das comunidades rurais do município de Catalão (GO), a partir dos conceitos explicitados, dando ênfase ao uso do território como espaço de produção econômica, mas também de reprodução social, onde constrói-se todo um modo de vida, uma organização social que inclui as relações de poder, a formação dos vínculos afetivos, culturais e os valores individuais e coletivos.

Essa análise coopera com as pesquisas geográficas para compreender e dar visibilidade às questões do espaço agrário no Brasil, com enfoque na agricultura familiar. Também dá luz à história das comunidades rurais de Catalão (GO), que a partir da ocupação da terra construíram a identidade de um povo, que resiste socialmente às transformações impostas pelo capitalismo agrário brasileiro.

AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A principal característica da agricultura familiar é a relação direta entre a utilização da terra como espaço para a produção econômica e a unidade familiar. O

tripé terra – trabalho – família é o ponto de partida para a discussão teórica e o elemento de consenso entre os autores. Entretanto, a agricultura familiar deve ser compreendida em sua heterogeneidade, visto que a relação dos agricultores familiares com a terra é distinta, de acordo com as especificidades e oportunidades de cada lugar. Portanto, o conceito de agricultura familiar é dinâmico, considerando a diversidade e complexidade das questões agrárias, políticas e econômicas que permeiam cada comunidade. Para Mendes (2005):

Essa diversidade é caracterizada pela interdependência de uma série de fatores, como o tamanho da propriedade, o tamanho da família, o grau de mecanização, o nível técnico, a capacidade financeira, a relação com o mercado, dentre outros fatores, refletindo em inserções locais/regionais rigorosamente diferenciadas (MENDES, 2005, p. 21).

O conceito de agricultura familiar perpassa pela análise histórica dos modelos de apropriação da terra e da construção das relações de trabalho estabelecidas pelo sistema capitalista, de forma que a organização do espaço agrário é o reflexo do atendimento aos interesses de produção. Nesse sentido, as teorias marxistas, complementadas por Lênin e Kautsky são relevantes para a compreensão do desenvolvimento do capital no campo.

Segundo Mendes (2005), embora Marx não tenha realizado estudos específicos sobre a agricultura familiar, para o autor o camponês é parte do circuito da produção simples de mercadoria em que “o camponês (proprietário/produtor) entra no mercado com o produto de seu trabalho e como consumidor de produtos (mercadoria - dinheiro - mercadoria)” (MENDES, 2005). Na mesma linha, Lênin (1982) também aborda a questão agrária, afirmando que o capitalismo tende a dominar a agricultura e as mudanças agrárias, de forma que o campesinato esteja submetido aos interesses do capitalismo e de seu desenvolvimento histórico.

Kautsky (1972) fez contribuições relevantes à questão agrária, complementando a visão marxista ao considerar que há uma divisão entre a agricultura e a indústria, de modo que a agricultura tornou-se dependente do capital industrial e de seus produtos, perdendo condições para concorrer por força de trabalho, dificultando a acumulação de capital no campo. Para Kautsky (1972), há uma tendência no desaparecimento do camponês, com a evolução do sistema de produção industrial, que dominaria o campo, “implantando um modelo produtivista racionalizado, pautado na associação entre grande propriedade, ‘industrialização da agricultura’ e no trabalho assalariado” (MENDES, 2005).

As teses marxistas sobre a questão agrária comungam da teoria de que a apropriação do solo pelo capitalismo provocaria o desaparecimento do segmento camponês. Para Abramovay (2007):

Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin), bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky). (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

O contraponto à visão marxista dos estudos agrários surge a partir de Chayanov (1974), que inaugura uma nova corrente teórica para a compreensão do sistema agrário contemporâneo e do papel da produção camponesa. Para o autor, a economia camponesa não é tipicamente capitalista, e sim um fenômeno em si mesmo, sendo necessário elaborar conceitos específicos para sua compreensão. De acordo com Mendes (2005):

Para Chayanov (1974), o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento. Trata-se de um segmento em que é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento na sua própria existência. O trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades, pois cria a sua própria existência. (MENDES, 2005, p. 40).

Em seus estudos, Chayanov (1974) aponta que a economia camponesa não é inferior à economia capitalista clássica e deve ser compreendida em sua heterogeneidade. O autor leva em consideração a organização interna das unidades de produção familiar, valorizando a dinâmica intrafamiliar, segundo a perspectiva do balanço entre o trabalho e a necessidade de consumo do grupo familiar, não desprezando a necessidade de investimento tecnológico (MENDES, 2005).

Embora a agricultura familiar não seja uma categoria social recente, as discussões sobre o tema no Brasil se fortalecem no fim da década de 1980 e início da década de 1990, em decorrência da crise no espaço agrário brasileiro, com o aumento do êxodo rural e problemas de produtividade pelas comunidades rurais, provocados pela intensa modernização tecnológica no campo. Essa realidade trouxe à tona os movimentos sociais que iniciaram suas lutas pelo espaço da agricultura familiar na economia do Brasil, fazendo com que o Estado começasse a pensar em políticas públicas para o setor, o que também estimulou as discussões sobre o assunto e a necessidade de se estabelecer conceitos e parâmetros.

Abramovay (2007), em sua obra “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” realiza uma contribuição relevante ao entendimento sobre a agricultura

familiar. Para o autor, embora a agricultura familiar tenha origem no campesinato, ela se distanciou desse conceito. Abramovay afirma que o campesinato descrito pelas teorias marxistas deixou de existir, a partir do momento que a agricultura familiar integrou-se ao mercado capitalista, absorvendo o progresso tecnológico e estabelecendo um processo de produção e comercialização dentro do modo de produção capitalista. Destarte, segundo Abramovay (2007), essa integração ao sistema capitalista daria à agricultura familiar um papel real na sociedade, como produtora de alimentos relevante para o atendimento da demanda de alimentação.

Os estudos de Abramovay destacam-se ainda pela diferenciação que o autor realiza entre as unidades de produção familiares dos “países desenvolvidos” e a agricultura familiar no Brasil. O autor demonstra que as unidades de pequeno porte, alto volume de produção e elevada produtividade existentes nesses países é resultado de uma política de Estado que investiu recursos para que essas unidades familiares assumissem relevante papel na economia, o que não ocorreu de maneira sistemática no Brasil.

Em busca de elementos que caracterizem a agricultura familiar no Brasil, vale ressaltar a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (SILVA, 2015). De acordo com a legislação considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que atende aos quatro requisitos seguintes: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...]; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Autores como Lamarche (1993), Wanderley (2001) e Tedesco (2001) são consensuais ao afirmarem que a produção rural familiar define-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo, ao mesmo tempo a principal responsável pela efetivação do trabalho (SILVA, 2015). Por outro lado, os pesquisadores também são categóricos em afirmar que essa mesma dinâmica intrafamiliar, estabelecida pelas relações de trabalho da família com a propriedade, é responsável pela diversidade da agricultura familiar. Essa heterogeneidade socioeconômica dos agricultores familiares

no Brasil é gerada por fatores complexos, sendo os principais, a disponibilidade de recursos, o acesso ao mercado, a capacidade de geração de renda e a acumulação (SILVA, 2015).

Portanto, para a construção de políticas públicas efetivas ao crescimento da agricultura familiar no país, é preciso considerar os aspectos regionais que implicam em profundas diferenças no modelo de exploração da terra (BUAINAIN, ROMEIRO E GUANZIROLI, 2003). A agricultura familiar brasileira constitui-se tanto por produtores inseridos no sistema de produção capitalista, com a obtenção de lucros vultuosos da pequena propriedade, como por aqueles com baixa produtividade, que vivem em situação de vulnerabilidade. A complexidade da realidade dos agricultores familiares brasileiros também é reflexo do processo de formação socioeconômica, cultural e política do país. As diferenças profundas se dão não apenas pelo tamanho da área ou pelos aspectos naturais, mas também pelas condições de acesso a recursos financeiros, capacitação e inserção social.

Ainda que não se possa generalizar, é possível demonstrar a diversificação da agricultura familiar no Brasil, por meio do caso das unidades produtivas familiares dos estados que compõem as regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste do país. Historicamente, essas foram regiões influenciadas por “países desenvolvidos”, principalmente Itália e Alemanha, cujo modelo de produção rural familiar se baseia em propriedades de pequeno porte, alto volume de produção e alta produtividade (ABRAMOVAY, 1974), influenciando o modelo adotado pelos produtores brasileiros dessas regiões. Assim, nessas regiões concentram-se inúmeras unidades produtivas familiares semelhantes ao modelo europeu, com inserção integral à produção capitalista e altos rendimentos financeiros. Uma estratégia adotada pelos agricultores dessas regiões é o associativismo e o cooperativismo como saída para a gestão dos negócios e para o enfretamento às adversidades climáticas e mercadológicas. No Rio Grande do Sul praticamente metade dos estabelecimentos (46,9%) compõem em algum grau, associações e cooperativas (BUAINAIN, 2006).

A realidade constatada nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste não se reproduz na mesma intensidade nas regiões Norte e Nordeste do país, em decorrência dos modelos distintos de colonização e do desenvolvimento desigual do capitalismo no país. Nessas regiões, o associativismo, por exemplo, ainda se apresenta incipiente, com

índice de apenas 5% de unidades familiares ligadas a algum tipo de associação ou cooperativa (BUAINAIN, 2006).

Essa distinção também ocorre em relação à renda gerada pela propriedade rural familiar, constatada por Buainain (2006):

Observou-se uma acentuada diferença do nível de renda total gerado pelos agricultores familiares entre as regiões Nordeste e Norte, de um lado; e Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de outro. Nas primeiras regiões, mais da metade dos familiares gerou renda total inferior a R\$3 mil, enquanto nas outras mais da metade teve renda total superior a R\$3 mil. Revela-se assim, pelo menos em parte, condições e potenciais diferenciados de desenvolvimento da agricultura familiar entre as regiões, já que todas enfrentaram as mesmas condições macroeconômicas com resultados aparentes bastante distintos (BUAINAIN, 2006, p. 28).

Como consequência à heterogeneidade do segmento, os agricultores familiares geram estratégias diferenciadas de reprodução social. Cada unidade familiar, de acordo com sua realidade, adapta seu processo produtivo para garantir a sobrevivência por meio da terra. Segundo Silva (2015):

Essa multiplicidade e heterogeneidade constantes denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma. (SILVA, 2015, p. 92).

Conclui-se que as características conceituais da agricultura familiar são específicas, de acordo com as condições socioeconômicas de cada localidade, embora o ponto uníssono seja a utilização da terra pela família, como meio de sobrevivência da unidade produtiva familiar. Assim como a realidade da agricultura familiar é dinâmica, também são dinâmicas as correntes teóricas que buscam o conhecimento sobre o tema.

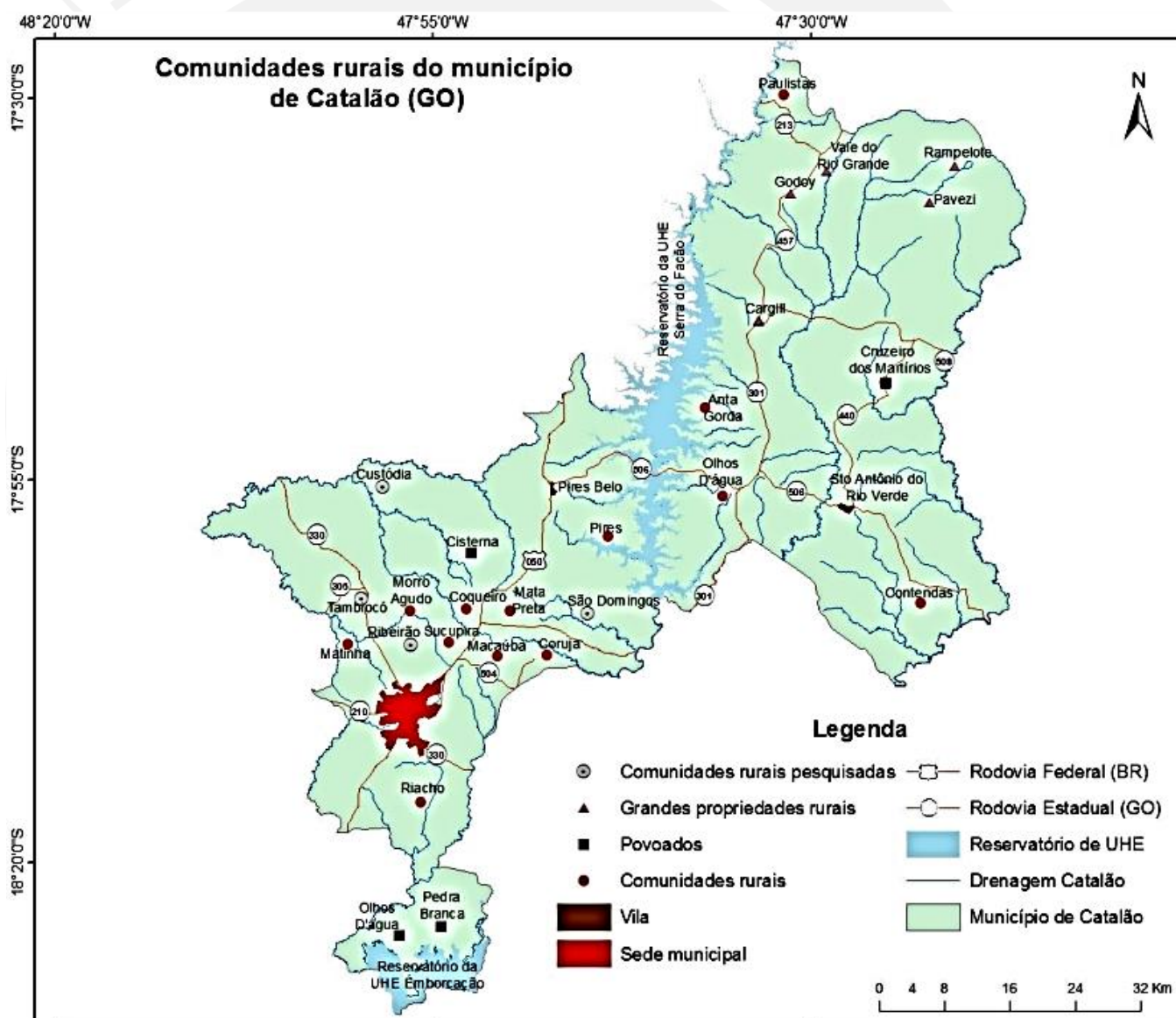
COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

O município de Catalão está localizado na parte sudeste do estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil. Embora o povoamento na região tenha começado ainda no século XVIII - utilizando-se do Rio Paranaíba como frente de entrada para os bandeirantes provenientes da região Sudeste do país - o processo de apropriação do território onde se localizam as comunidades rurais do município intensificou-se a partir do início do século XX, estimulado pela implantação da Rede Ferroviária Federal. Naquele período as famílias buscavam locais para se fixarem e darem início

às plantações e criações de pequenos rebanhos e aves, com finalidade exclusiva de garantir o sustento da família (MENDES, 2005).

Ainda segundo Mendes (2005), o município de Catalão conta com 21 comunidades rurais em seu território: Pedra Branca, Olhos D’água, Matinha, Riacho, Tambiocó, Sucupira, Coqueiro, Macaúba, Morro Agudo, Cisterna, Ribeirão, Custódia, Mata Preta, Coruja, São Domingos, Pires, Olhos D’água, Anta Gorda, Contendas, Cruzeiro dos Martírios e Paulistas.

Figura 1 –Município de Catalão (GO): localização das comunidades rurais - 2015.



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2015); Serra do Facão Energia S.A. (Sefac, 2015); Mendes (2005); e Rodrigues (2014). Org.: Rodrigues, D. E.; Silva, J. M. (2015).

De acordo com Silva (2015), em seu estudo sobre as comunidades Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, o tamanho médio das unidades produtivas familiares é de 47,34 ha, caracterizando-se como médias e pequenas propriedades rurais voltadas à produção familiar, com predomínio da pecuária de leite. Entretanto, essa realidade tem se transformado nas últimas décadas, com a substituição da produção familiar pela produção de *commodities* agrícolas, principalmente grãos como soja, milho e café e florestamento com plantações de eucalipto, bem como pela intervenção provocada pela exploração de minérios na região.

A formação dessas comunidades demonstra o já citado tripé terra-trabalho-família, que conduz a dinâmica socioeconômica dos agricultores familiares. Caracterizadas por pequenos agrupamentos, o surgimento das comunidades demonstra a apropriação do espaço, em um processo de territorialização, cujo objetivo é a sobrevivência por meio da agricultura e pecuária. Entremeados a esse processo desenrolam-se os aspectos sociais, afetivos, religiosos e culturais, responsáveis pela formação de uma identidade geográfica e social única das comunidades rurais. Laços de vizinhança, valores coletivos e forte organização familiar são algumas das características desses grupos sociais. As unidades produtivas são conduzidas pela família, que se torna a unidade social de trabalho. De acordo com Mendes (2005):

A divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos é feita entre todos os membros da família (grupo doméstico), considerando a capacidade de cada um (idade, sexo e habilidades). Cabe ao chefe da família a distribuição das tarefas no estabelecimento. A combinação entre o trabalho familiar e os negócios caracteriza a essência de uma unidade de produção e de consumo, em que o agricultor é, ao mesmo tempo, proprietário, administrador e trabalhador, estabelecendo uma combinação família-empresa (MENDES, 2005, p. 60-61).

O parentesco estabelecido entre as unidades familiares também se constitui como aspecto relevante na assimilação das características que compõem as comunidades. Os valores sociais, culturais e religiosos, o conhecimento sobre a terra e o trabalho são patrimônios repassados de geração em geração, demonstrando que os laços de parentesco configuram-se como mais uma estratégia de reprodução para garantir a permanência na terra. Muitos dos filhos dos produtores rurais quando formam suas próprias famílias, permanecem nas propriedades dos pais e se apossam de parte da terra, construindo ali uma nova sede. De maneira geral, os pais vão demarcando “pedaços” de terra para os filhos, ainda que de maneira informal. (MENDES 2005). Segundo Woortmann (1995), também é comum a ocorrência de casamentos entre membros da mesma família, como primos, por exemplo, mantendo

o patrimônio na própria comunidade. Além dos casamentos, as relações de parentesco estão alicerçadas na reciprocidade, na descendência, nos comportamentos, nos laços consanguíneos, nas regras de sucessão e outros. (WOORTMANN, 1995; MENDES, 2005).

Entretanto, esse processo sucessório na agricultura familiar - base para a continuidade das atividades na terra - tem se alterado demasiado e velozmente nas últimas décadas por causa das novas configurações espaciais dessas comunidades rurais, impactadas pelo agronegócio e outros processos industriais. Com essa nova realidade, muitos herdeiros optam por residir na zona urbana, assumindo profissões distintas àquelas do campo e possuindo pouco interesse em dar continuidade à produção herdada. Naturalmente, o processo sucessório rompe-se a partir do envelhecimento dos patriarcas, sendo que a solução assumida pelos herdeiros é a venda da propriedade a grandes conglomerados agropecuários ou a implantação de novos projetos de negócio nas propriedades, muito diferentes daqueles estabelecidos pelas gerações anteriores.

O novo cenário revela-se também na paisagem observada nas comunidades rurais de Catalão (GO). No que concerne aos aspectos ambientais, as profundas alterações ocasionadas pela ocupação antrópica impedem a reprodução das espécies nativas, ao provocarem novas condições naturais. As fitofisionomias típicas do Cerrado foram substituídas principalmente por extensas plantações de *commodities* e também por pastagens para rebanhos. Nas últimas décadas, autores como Porteos (1988) e Amorim Filho (1999) cunharam o termo topocídio, que se trata do enfraquecimento e futuro desaparecimento do lugar e das paisagens. A terminologia tem sido aplicada por pesquisadores do bioma Cerrado, como Chaves (2003) e Sturza (2005), para destacar o aniquilamento e franco desaparecimento da paisagem natural desse bioma.

A alteração da paisagem é notada na degradação, por falta de investimentos, das sedes das propriedades rurais familiares, pois há poucos ou nenhum morador no local, em decorrência da migração para a cidade. Essa ausência de pessoas, sejam proprietários ou empregados – esses últimos denominados “caseiros” - dificulta ainda mais a manutenção adequada das propriedades. O investimento em agricultura de subsistência, como a plantação de hortaliças, frutíferas, criação de galináceos, suínos e bovinos para o consumo familiar é baixo, de tal maneira que essas atividades estão sendo substituídas pela pecuária extensiva, principalmente com a criação de gado

nelore - devido à sua resistência, resultando em menos investimentos - ou pelas commodities agropecuárias, como relatado anteriormente.

Sobre essa nova configuração socioespacial, Abramovay (1992), afirma que a agricultura familiar tem sido cada vez mais um negócio individual, no qual um único herdeiro da família opta por realizar a gestão das pequenas propriedades, não havendo mais o envolvimento de todo o núcleo familiar – pai, esposa e filhos – na realização das atividades. Desfaz-se assim o tripé terra-família-trabalho, que caracteriza a identidade territorial dos agricultores familiares.

Além do agronegócio, as novas configurações espaciais e os desafios para a permanência no campo também são influenciados pela presença da atividade mineradora no município de Catalão (GO). Desde a década de 1970, a extração e beneficiamento de nióbio - utilizado pela indústria de tecnologia - e fosfatos, aplicado ao agronegócio e à produção de alimentos, produz alterações na dinâmica espacial das comunidades rurais localizadas na região, por meio da geração de impactos socioambientais e por conflitos de interesses sobre a apropriação do território por empresas transnacionais. O modo de vida construído pelas famílias ao longo de gerações, viu-se abalado pela desterritorialização causada pela mineração, afetando a identidade de pertencimento à terra, seus aspectos materiais e simbólicos. Para Ferreira (2012):

[...] com ênfase na territorialização e expansão da mineração, aprofundaram-se os processos de expropriação de famílias camponesas ou exaustão das condições de permanência na comunidade. [...] Fraturou-se um território constituído pelos camponeses e seu trabalho, visões de mundo, modos de se organizar, usar os bens comuns e se apropriar do espaço. (FERREIRA, 2012, p. 100).

Em face da influência da mineração, os agricultores familiares buscam formas de estabelecer diálogo com os empreendimentos, procurando soluções para os impactos socioambientais ou negociações justas nos casos de desapropriação. A organização coletiva coloca-se como uma das saídas, com a formação de grupos de moradores que dão luz à questão, tornando os processos visíveis a diferentes instâncias do Poder Público e à comunidade. Esse é o caso das comunidades catalanas da Macaúba e Coqueiro, cujas famílias passam por processo de judicialização de suas propriedades. A situação dos produtores familiares da comunidade Macaúba ganhou visibilidade internacional ao ser inserida no Tribunal Permanente dos Povos do Cerrado (TPP), organização internacional de opinião, que atua como um instrumento

de apoio e promoção das lutas dos povos em busca e defesa do direito à autodeterminação” (TPP, 2023). A partir da denúncia do TPP, o processo ganhou espaço na imprensa, bem como apoio da opinião pública, dos Poderes Legislativo e Executivo do município, funcionando como uma forma de pressão ao Poder Judiciário para que a avaliação do valor pago pelas mineradoras na aquisição da terra seja revista.

As estratégias de reprodução social das comunidades rurais de Catalão (GO) estão baseadas na busca de soluções para os impactos gerados pela modernização tecnológica do campo e pelos empreendimentos minerários. Se por um lado, os grandes conglomerados para a produção de *commodities* agrícolas e extração de minérios provocaram a expulsão de parte dos produtores rurais do campo, por outro, as políticas públicas pensadas para resolver a questão agrária no Brasil não foram suficientes para garantir a reprodução social dos agricultores familiares, uma vez que foram pautadas em modelos externos de produção, que não consideraram as especificidades e complexidades de cada região (VENÂNCIO, 2008).

No que concerne à agricultura familiar, os principais problemas para as comunidades rurais são referentes à produção, escoamento e comercialização dos produtos. Os produtores familiares possuem pouco ou nenhum recurso financeiro para investirem em soluções tecnológicas e baixa capacidade de gestão técnica de suas propriedades, decorrente, em sua maioria da pouca escolaridade. Por isso, muitos optam pela produção diversificada da plantação e da criação animais, bem como a seleção pelo cultivo de espécies que exijam menor investimento em insumos. Destaca-se aí a produção de leite e seus derivados com maior valor agregado, como o queijo e a manteiga, a criação de galináceos e suínos, este último em menor peso, a produção de verduras e legumes, como alface, couve, jiló, chuchu, abóbora, pimenta e cebola. Também ocorre a plantação de mandioca, cujo beneficiamento da farinha e do polvilho se dá de maneira rudimentar (MENDES, 2005; SILVA, 2015).

A comercialização coloca-se como outro desafio. Ao levarem suas produções ao mercado, o valor atribuído aos produtos é baixo e, em contrapartida, o custo dos insumos agrícolas e maquinário é alto, de modo que a conta entre produção e venda desfavorece o produtor. Em busca de garantir mercado para seus produtos, os agricultores familiares concentram a venda no comércio local e nas feiras livres que ocorrem quase diariamente em bairros distintos do município. As feiras têm representado uma parcela relevante na complementação da renda das famílias, pois a

venda direta aumenta o valor agregado da produção. Apesar da venda ao mercado ser de grande relevância no orçamento das unidades produtivas familiares, também vale destacar que parte da produção é dedicada ao autoconsumo, ou seja, a garantir a alimentação e sobrevivência da própria família. “São policultores, elegendo os produtos mais valorizados para o mercado e o que não é comercializado é consumido pela própria família, complementando o seu orçamento” (MENDES, 2005, p.258).

As políticas públicas de atendimento aos agricultores familiares também se apresentam como mais uma ferramenta para a reprodução desse segmento social, embora não sejam soluções plenas para alavancar a produção familiar no país. A principal delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, a iniciativa foi a primeira focada ao segmento, tendo como eixo a oferta de linhas de crédito financeiro ao agricultor familiar para atividades e serviços. Silva (2015), ao discutir sobre as estratégias de reprodução social das comunidades rurais de Catalão (GO), verificou que apenas 36,25% dos agricultores entrevistados possuíam financiamentos junto ao PRONAF, demonstrando a insuficiência do programa. Autores como Gazolla e Schneider (2013) e Aquino (2009) atribuem esse déficit a fatores como a distribuição desigual dos recursos entre as regiões brasileiras, além da dificuldade de produtores com maior carência econômica adequarem-se aos critérios exigidos pelo PRONAF, para liberação de uma linha de crédito.

Outra iniciativa pública que contribui para a reprodução social dos agricultores familiares é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O programa determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados e municípios, seja obrigatoriamente utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (BRASIL, 2009), o que garante a aquisição de parte da produção. Entretanto, conforme pesquisa de Silva (2015), apenas 59 produtores rurais familiares do município de Catalão (GO) participavam ativamente do programa, o que corresponde a uma pequena parcela de agricultores.

As estratégias assumidas pelos agricultores familiares para a permanência no campo não se resumem à produção e comercialização, mas também aos aspectos não-agrícolas que complementam a renda das famílias. Considera-se aí um número cada

vez maior de membros da família que trabalham na zona urbana como diaristas ou outros serviços temporários, ou até mesmo na zona rural, em propriedades rurais de grande porte. Aos que herdaram certo patrimônio, muitos têm investido na aquisição de propriedades urbanas para a finalidade de locação, de maneira a complementar a renda mensal. Entretanto, a principal estratégia não-agrícola é aposentadoria pela Previdência Rural, mecanismo que garante a maior parte da renda das famílias e que reflete ainda o envelhecimento da população rural. Segundo Silva (2015), em seu estudo sobre as comunidades catalanas da Custódia, Ribeirão, São Domingos e Tambiocó, praticamente metade (49,66%) dos entrevistados estavam inscritos no benefício.

Diante do dinamismo na organização do espaço agrário, as comunidades rurais no Brasil e, em especial no município de Catalão (GO), são resilientes e se reinventam assumindo novas configurações que as permitam resistir naquele território. Essa resistência se dá não somente na busca pela adequação dos aspectos produtivos ao capitalismo agrário, assumindo seu papel relevante de produtores de parte dos produtos alimentícios, mas também pela dedicação à preservação e/ou reinvenção de seus aspectos culturais, “hábitos, costumes, simbologias transmitidas oralmente” (FERREIRA, 2012). Vale ressaltar que este é um processo dinâmico, adaptado de acordo com as transformações e condições dos espaços e das organizações sociais. Destarte, as estratégias adotadas são respostas práticas e até racionais dos produtores familiares aos contextos aos quais estão vinculados, sendo produzidas com base nos instrumentos que estão ao alcance (TEDESCO, 2001; SCHNEIDER, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado demonstra que o conceito de agricultura familiar está embasado no tripé terra – trabalho – família, onde a exploração da terra é realizada a partir do trabalho dos membros da família, constituindo a unidade produtiva familiar. Também demonstra a compreensão da agricultura familiar a partir de sua multiplicidade e suas especificidades, não havendo como estabelecer um conceito único, já que o segmento é resultado de uma série de fatores sociais e econômicos que se diferem de localidade para localidade.

As discussões sobre a agricultura familiar remontam às teorias marxistas, que classificam a questão agrária como integrada ao sistema capitalista, operando como mais um processo de simples produção de mercadoria. Para Marx, Lênin e Kautsky, a produção familiar estaria fadada ao desaparecimento à medida que seria absorvida pelo capitalismo agrário, com um modelo de alta produtividade e racional. Em contraponto, Chayanov inaugura uma corrente teórica mais neoliberal, ao afirmar que a agricultura familiar possui uma dinâmica própria, com características heterogêneas e que busca se adaptar ao capitalismo agrário em desenvolvimento. Essa visão marca um novo momento dos estudos sobre a questão agrária, influenciando autores mais recentes, como Abramovay.

As comunidades rurais do município de Catalão (GO) exemplificam as teorias trabalhadas a partir da década de 1980. Afetadas pela modernização tecnológica do campo e pela atividade de extração mineral, adotaram estratégias de reprodução social para resistirem em suas propriedades. No geral, caracterizam-se por um alto grau de parentesco, relações afetivas e de coletividade bem estabelecidas e por traços sociais, culturais e religiosos específicos.

No que concerne à produção, são policultores, com produção diversificada, a fim de atender as demandas do mercado e se reproduzirem socialmente. Possuem pouca tecnologia, baixo acesso a recursos financeiros e pouco conhecimento técnico, fatores que poderiam permitir a evolução produtiva na unidade familiar. As políticas públicas voltadas a esses produtores ainda não são suficientes e nem estão acessíveis a todos. Além da questão produtiva, atividades não-agrícolas já possuem peso considerável na composição da renda familiar.

Em síntese, a agricultura familiar possui grandes desafios para sua sobrevivência, ao fazer frente ao modelo de capitalismo agrário que prioriza a produção de commodities e aos empreendimentos minerários que provocam a desterritorialização das famílias. Entretanto, sua importância para o abastecimento alimentar do país é inegável e por isso o segmento merece ser valorizado e ter suas necessidades supridas por meio de políticas públicas e de mercado que garantam espaço na dinâmica socioeconômica do país. Também merece reconhecimento a luta dos produtores rurais familiares pela manutenção de suas tradições e cultura, suas histórias, vivências e memórias, que contam parte da formação social brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** / Ricardo Abramovay. 3 ed.; São Paulo: Edusp, 2007.

AMORIM FILHO, Oswaldo. **Topofilia, topofobia e topocídio em MG.** In: Percepção ambiental – a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel/Editora da UFSCAR, 1999.

AQUINO, Joacir Rufino de. **Avanços e limites da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais... Brasília: SOBER, 2009. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf>>. Acesso em: 03 de maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

_____. **Lei nº 11.947/2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar Ribeiro.; GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar e novo mundo rural.** Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

CHAVES, Manoel Rodrigues. **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano.** Rio Claro Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003.

CHAYANOV, Aleksandr Vasílievich. **La organización de la unidad económica campesina.** Tradução Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FERREIRA, Ana Paula da Silva de Oliveira. **Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora.** 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares.** Estud.soc.agric., Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007. Disponível em: <r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/283/279>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1, 336 p. (Coleção Repertórios).

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

PORTEOS, John Douglas. **Topocide: the annihilation of place**. In: EYLES, John. & SMITH, David Marshall. (org) Quantitative methods in geography. Cambridge: Polity Press, 1988.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar**. In: A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)** / Juniele Martins Silva. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015.

STURZA, José Adolfo Iriam. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT: um estudo de cognição ambiental** / José Adolfo Iriam Sturza. – Rio Claro, 2005.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRIBUNAL PERMANENTE DO CERRADO. **Sobre o TTP**. Disponível em: <https://tribunaldocerrado.org.br/tpp/>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: Una nueva ruralidade en América Latina?. Norma Giarracca, CLACSO, Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

WOORTHMANN, Ellen Fensterseif. **Herdeiros, parentes e compadres. Herdeiros do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec, Brasília: EDUnB, 1995.